

**ATA DA 92ª. SESSÃO, EM 04 DE OUTUBRO DE 2002****Sessão Extraordinária**

Às dezesseis horas do dia quatro de outubro do ano de dois mil e dois, nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Desembargadores: Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Presidente; Manoel Rafael Neto, Vice-Presidente; Sérgio Marinho Falcão, Corregedor Regional Eleitoral; Mário Gil Rodrigues Neto; José Paes de Andrade; Ridalvo Costa; Leopoldo de Arruda Raposo; e o Dr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho, Procurador Regional Eleitoral, comigo, Marcos Antônio Tavares de Albuquerque, Diretor Geral, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, a Corte passou ao julgamento dos seguintes processos:

RECLAMAÇÃO Nº 528 – Classe 16

ORIGEM: PETROLINA - PE

RELATOR: Desembargador Fernando Cerqueira

ASSUNTO: Reclama pela viabilização e utilização de espaços para propaganda no centro de Petrolina (outdoor).

RECLAMANTE: OSVALDO DE SOUZA COELHO, candidato a Deputado Federal.

ADVOGADO: Rodrigo Pereira Guedes

RECLAMADA: COLIGAÇÃO “FRENTE SOCIAL HUMANISTA” PHS, PPS, PSC e PSDC.

ADVOGADA: Clemilda Alves Menezes

Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral.

Decisão: “À unanimidade, não se conheceu do recurso, encaminhando-o ao Des. Presidente para apreciação.”

REPRESENTAÇÃO Nº 601 – Classe 16

ORIGEM: RECIFE - PE

RELATOR: Desembargador Maurício de Albuquerque

ASSUNTO: Representa, com pedido de liminar, alegando que o representante vem fazendo pinturas e colando bandeiras, nas instalações do Hospital Santa Rosa, em Palmares, PE.

REPRESENTANTE: JOÃO FERNANDO PONTUAL COUTINHO, candidato a Deputado Estadual.

ADVOGADO: Francisco Borges da Silva

REPRESENTADO: EUDO MAGALHÃES LYRA, candidato a Deputado Estadual.

ADVOGADO: Carlos Kley Sobral

Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral.

The image shows several handwritten signatures in black ink, likely belonging to the judges and the procurator mentioned in the text. There are approximately five distinct signatures visible at the bottom of the page.

Decisão: “À unanimidade, julgou-se procedente em parte, apenas para que seja retirada a propaganda.”

REPRESENTAÇÃO Nº 621 – Classe 16

ORIGEM: PETROLINA - PE

RELATOR: Desembargador Fernando Cerqueira

ASSUNTO: Representação, com pedido de liminar, em virtude de veiculação de propaganda irregular, em forma de *outsides* dupla face, nos mesmo locais onde estavam os do ora Representante, retirados por decisão prolatada na Representação 528/02.

REPRESENTANTE: CLEMENTINO DE SOUZA COELHO, candidato a Deputado Federal.

ADVOGADA: Clemilda Alves Menezes

REPRESENTADO: OSVALDO DE SOUZA COELHO, candidato a Deputado Federal. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral.

Decisão: “À unanimidade, determinou-se o retorno dos autos ao Relator para instrução. Decisão independente de acórdão.”

RECLAMAÇÃO Nº 623 – Classe 16

ORIGEM: GRAVATÁ - PE

RELATOR: Desembargador Fernando Cerqueira

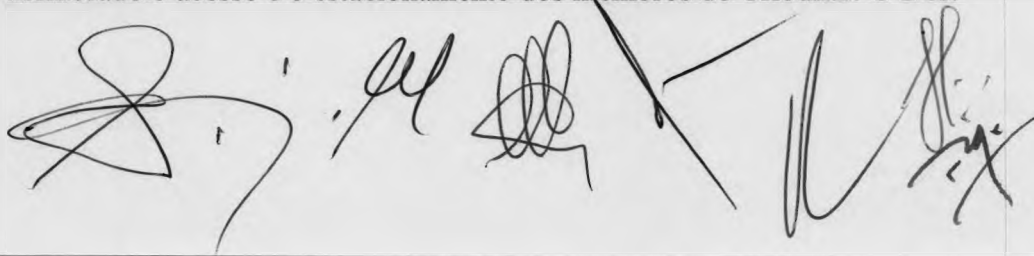
ASSUNTO: O Ministério Público Eleitoral reclama contra a Coligação “União por Pernambuco”, aduzindo que o Prefeito do município de Gravatá, foi notificado para que determinasse a retirada de cartazes, adesivos e quaisquer elementos de propaganda eleitoral dos veículos agregados à Prefeitura Municipal e dita recomendação não foi atendida.

RECLAMANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECLAMADO: COLIGAÇÃO “UNIÃO POR PERNAMBUCO”, PMDB / PFL / PSDB / PPB.

Decisão: “À unanimidade, remeteu-se os autos à Procuradoria Regional Eleitoral. Decisão independente de acórdão.”

Nesta sessão, tomaram assento na bancada os Desembargadores Auxiliares Fernando Cerqueira e Maurício de Albuquerque. Em seguida, o Presidente leu mensagem enviada pelo TSE, a respeito da divulgação de pesquisas de boca de urna relativas as eleições presidenciais, esclarecendo que as mesmas podem ser divulgadas a partir das 17 horas de Brasília, nos estados em que a votação já houver se encerrado. Nos demais estados, em que há diferença de fuso horário, sua divulgação somente poderá ocorrer após o término da votação local. Quanto à divulgação de dados não oficiais, sobre a eleição estadual, poderá ocorrer logo após o encerramento da votação, ou seja, após as 17 horas. Posteriormente, o Des. Presidente propôs a designação do Dr. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho, Juiz de Direito, para supervisionar os trabalhos relacionados às eleições no Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A Corte, à unanimidade, homologou a indicação. Com a palavra, o Des. Ridalvo Costa pediu providências no sentido de ser melhorado o acesso e o estacionamento dos membros do Tribunal. O Des.



José Paes de Andrade ratificou as palavras do Des. Ridalvo Costa. O Presidente esclareceu que a dificuldade era momentânea, devendo-se, principalmente, à montagem do painel eletrônico destinado à divulgação do resultado das eleições. De qualquer forma, pedia desculpas pelo transtorno, mas já estava determinando ao Diretor Geral, que tomasse todas as providências para solucionar o problema. A seguir, o Des. Sérgio Falcão informou que recebeu comunicação do Juiz da 60ª Zona Eleitoral, dando conta de que aquela zona estava sem representante do Ministério Público. Pedindo a palavra, o Procurador Regional Eleitoral reconheceu que era uma situação delicada, mas aproveitou a oportunidade para esclarecer, também, sobre a impossibilidade de indicar promotores para os municípios termos, vez que não há previsão orçamentária para as despesas na Justiça Eleitoral e, muito menos, nos órgãos vinculados ao Ministério Público. O Presidente, a título de informação, disse que o TRE de Sergipe fez uma consulta ao TSE sobre o assunto, sendo a resposta negativa, ou seja, a Justiça Eleitoral não pode arcar com este tipo de despesa. Finalizando, o Des. Sérgio Falcão fez um breve relatório a respeito de alguns problemas existentes nos municípios de Bonito, Barra de Guabiraba, Canhotinho e Cabo de Santo Agostinho, esclarecendo, ao final, que estava tudo sob controle e sem maiores consequências. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, _____, Diretor Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

